



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONDEIXA-A-NOVA

ACTA Nº 5/2011

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DE 2011/10/21

ACTA Nº5

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2011

Aos vinte e um dias do mês de Outubro de dois mil e onze, pelas dezanove horas, reuniu a Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova em sessão extraordinária, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, com a seguinte ordem de trabalhos. -----

Ponto único - Aprovação de um Empréstimo de Médio Prazo no valor de 200.000,00 euros (duzentos mil euros) que se destina a financiamento de projectos de investimento municipal: "Centro de Eventos de SICÓ – P.O.R.O.S. – Construção". -----

Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes Deputados da Assembleia Municipal: Fernando Antunes Gaspar Pita, António José Mendes Domingues, Maria Benvenida Aires Jesus Costa, António Bicho Correia, Ramiro Ferreira Miranda, Carlos Manuel Oliveira Canais, Maria da Graça Correia Figueiredo, Maria da Conceição Gonçalves Rodrigues Costa, Vasco Dinis Mateus Santos Póvoa, Maria de Lurdes Mendes Simões, Maria Fátima dos Santos Bandeira Pessoa, Gonçalo Nuno Pita Redinha, Maria João Ribeiro Simões, Daniel Rodrigues dos Santos Costa, João Miguel de Matos Alves Santos Viais, Nuno Miguel Abreu Ribeiro, Silvina Maria Bernardino Ribeiro Menezes Silva, Paula Cristina Bernardino Marcelino, João Filipe Leal, Carlos de Sousa Ferreira Fontes, Gustavo Manuel Teixeira Pancas, José António Loureiro Martinho, Maria do Rosário Marques Grilo, Mário Miguel Soares Mendonça Carvalho, António Henriques Simões Navarro, António Manuel Simões Rodrigues, Luís Miguel Manaia Caridade, Raul Marques Lopes Pratas, José Manuel Facas Reis, e Fernando Manuel Carreira Abreu. ----

Não esteve presente o Deputado, Ricardo Manuel Rodrigues Fernandes que justificou a sua ausência. -----

Estiveram também presentes à sessão o Sr. Presidente da Câmara, Jorge Manuel Teixeira Bento e os Senhores Vereadores Margarida Guedes e Júlia Madeira. -----

O Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão cumprimentando todos os presentes. ----

De seguida, a Assembleia Municipal procedeu à análise e discussão do ponto único da ordem de trabalhos. -----

1 – Aprovação de um empréstimo de Médio Prazo no valor de 200.000,00 euros (duzentos mil euros) que se destina a financiamento de projectos de investimento municipal: "Centro de eventos de SICÓ – P.O.R.O.S. – Construção" -----

Abriu a sessão o Sr. Presidente da Assembleia Municipal explicando a razão da sessão extraordinária e, de seguida, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara o qual passou a expor os fundamentos para a proposta de pedido de empréstimo. Lembrou que da apresentação do projecto os deputados devem-se recordar que a obra integra duas fases, uma de construção civil visando a reconstrução do edifício da Quinta de S. Tomé e a outra que consistirá na criação do museu. -----

Explicou que a fase da construção terá um custo de 160.0000,00 euros (um milhão e seiscentos mil euros) e a fase da musealização terá um custo de 100.0000,00 euros (um milhão de euros) a concluir até 2013. Referiu que se espera um financiamento do FEDER entre 80% e 85, caso se mantenham as condições iniciais aquando da apresentação da candidatura. Neste contexto, sublinhou que aproximadamente 20% do custo da obra deverá ser de capitais próprios, sendo um investimento pesado para o município. -----

Disse ainda que, como todos devem ter verificado as obras já começaram e é para fazer face às obras iniciais e a compromissos já assumidos, que este empréstimo de 200.000,00 euros é necessário, permitindo assim não sobrecarregar o já difícil equilíbrio orçamental do município.

Sublinhou ainda que mesmo com este empréstimo a situação financeira da Câmara no que respeita ao limite de endividamento ainda é confortável. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra aos Srs. Deputados. -----

No uso da palavra, o Deputado António José Domingos começou por referir que a bancada do PSD não é contra a execução da obra, no entanto, tem algumas reservas no que respeita à execução do empréstimo. Disse ainda, considerarem que um período de carência de três anos é deixar os compromissos para um futuro executivo. Referiu que face aos tempos difíceis que se vivem poderá existir o risco de o projecto não vir a ser financiado. Também observou o elevado montante de juros a pagar. Referiu, ainda, que o novo Orçamento Geral de Estado (OGE) irá impor mais restrições e novos patamares sobre os limites de endividamento, pelo que se recomenda cuidado e contenção. Terminou a sua intervenção questionando se com tantas condicionantes e com as dificuldades inerentes a uma obra deste tipo, não se poderia ponderar outras alternativas. -----

O Sr. Presidenta da Câmara respondeu que, no que respeita ao período de carência de três anos, é por um lado o tempo de execução da obra e também se encurtou o período de pagamento da dívida, sendo que algumas destas condições foram impostas pela banca. Relativamente à sustentabilidade financeira e às regras impostas pelo OGE a situação da Câmara ainda tem alguma folga, mesmo com novos limites de endividamento que venham a ser impostos. Reforçou que este empréstimo irá permitir menos sacrifício da tesouraria camarária e dá alguma flexibilidade à gestão orçamental. Disse ainda que no momento actual, não vê outras alternativas. -----

Pedi a palavra o Sr. Deputado Carlos Fontes para perguntar se estando previsto 18 meses para a execução da obra, estão acauteladas eventuais derrapagens quer em termos de cumprimento de prazos quer de eventuais problemas que possam surgir. Disse ainda que considera o projecto estruturante e importante para o concelho. -----

Respondeu o Sr. Presidente da Câmara dizendo que não pode garantir que não existam derrapagens face à complexidade da obra. No entanto, disse que foi pedido à equipa projectista e aos técnicos da Câmara que no caderno de encargos fossem contempladas todas as situações previstas para obras deste tipo. Referiu ainda, que a legislação actual divide muita da responsabilidade de eventuais falhas entre o projectista e o empreiteiro, que na fase de análise do projecto poderia solicitar correcções. Sublinhou que estão garantidas as condições para que não existam derrapagens, mas que numa obra de reconstrução há sempre alguma margem de risco. -----

A Sra. Deputada Lurdes Simões observou que o Sr. Secretário de Estado Paulo Júlio, em entrevista a um órgão da comunicação social fez referência aos cortes futuros nos orçamentos das Câmaras Municipais que ultrapassem os seus limites de endividamento. Perguntou se a Câmara de Condeixa não irá correr esse risco. -----

Ao que o Sr. Presidente da Câmara sublinhou, mais uma vez, que a Câmara de Condeixa não irá estar em tal situação. -----

No uso da palavra, o Sr. Deputado Nuno Redinha observou que o empréstimo que agora é objecto de análise somente é uma parte da comparticipação na obra pela Câmara Municipal. Perguntou como pensa o executivo financiar o restante montante. -----

Respondeu o Sr. Presidente da Câmara esclarecendo que será o orçamento próprio da Câmara Municipal a suportar o restante montante. O que só se conseguirá com muito esforço orçamental o qual será mais suportável caso o presente empréstimo se verifique. -----

O Sr. Deputado António José Domingos referiu que, certamente, estará associado ao plano de execução da obra, um plano de pagamentos. Perguntou se o executivo tem uma previsão para a aprovação pelo QREN da candidatura. -----

Disse o Sr. Presidente da Câmara que a obra iniciou-se há alguns dias e que o primeiro auto de medição possivelmente irá ocorrer em Novembro, mas que o esforço financeiro para este ano será pequeno, e a Câmara Municipal tem algum fundo de maneio para fazer face a este início de obra. Explicou ainda alguns aspectos das duas candidaturas (Reconstrução do Imóvel e Musealização) apresentadas para financiamento deste projecto, bem com das diligências que têm sido feitas para as fundir numa só, dado que algumas regras iniciais das candidaturas sofreram alterações. Referiu estar confiante de que até final do mês de Novembro as candidaturas sejam aprovadas, pelo menos a relativa à reconstrução do imóvel. -----

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Sebal, Raul Pratas, disse ter estado presente na apresentação do projecto e pensa ter percebido algumas das fases do projecto, podendo alguma delas não ser concretizadas. Questionou quais serão os cenários possíveis. -----

Respondeu o Sr. Presidente esclarecendo que a primeira fase da recuperação e reconstrução do edifício principal da Quinta de S. Tomé será sempre realizada. A fase da criação do museu, musealização, também será realizada caso a sua candidatura de financiamento seja aprovada. Disse ainda, que os esforços do executivo têm sido no sentido de fundir as duas candidaturas numa só – construção e museu – para assim garantir a sua execução na totalidade. Numa terceira fase poderão ser construídos os anexos.-----

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Anobra observou que o empréstimo em análise terá de ser autorizado pelo Tribunal de Contas. Caso não se venha a verificar perguntou em que medida isso afectará a situação orçamental da Câmara. -----

Ao que o Sr. Presidente de Câmara respondeu dizendo que caso o Tribunal de Contas não aprove o empréstimo a tesouraria da Câmara terá de se adaptar e haver um maior esforço. ----

Não se verificando mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação, para autorização de um empréstimo de Médio Prazo no valor de 200.000,00 euros (duzentos mil euros) que se destina a financiamento de projectos de investimento municipal: “Centro de Eventos de SICÓ – P.O.R.O.S. – Construção, nos moldes apresentados pelo Presidente da Câmara e que consta da documentação facultada aos presentes. A proposta foi aprovada por maioria, com 23 votos a favor da bancada do PS e do BE e 7 abstenções da bancada do PSD. -----

A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

FINAL DA MINUTA DA ACTA

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão eram vinte horas, da qual se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

O Presidente da Mesa

1º Secretário